

## ENSAIOS



# Mulher na Mídia

Uma análise crítica das abordagens sobre casos de violência contra a mulher em jornais do Maranhão

Geysa Fernandes RIBEIRO, *Universidade Federal do Maranhão*

Neste trabalho temos a preocupação de analisar criticamente as abordagens dos jornais maranhenses “O Estado” e “Jornal Pequeno” sobre os casos de violência contra as mulheres nos anos de 2013 a 2015, avaliando 307 reportagens. Além disso, pretendemos identificar como a imagem da mulher é construída pela mídia, verificar os discursos utilizados nos jornais ao relatar casos de violência contra a mulher, discutir a relevância dada a esses tipos de violência e destacar a frequência com que os jornais reservam espaços para comunicar as formas de denúncia em situações que envolvem violência à mulher. Para tanto, foi utilizado o método de abordagem dialético, que considera que os fatos não podem ser considerados fora do seu contexto social. Nesta pesquisa discutimos gênero como uma categoria que é construída socialmente e sua relação com o fenômeno da violência. Destacamos o espaço de poder ocupado pela mídia, mostrando como esta pode construir o discurso da violência e ser até certo ponto conivente com tipos de violação. A partir das análises realizadas, é possível constatar que há nas notícias publicadas nos jornais impressos mais destaque às imagens do que à contextualização dos fatos. Dessa forma, podemos perceber que: os casos de violência contra as mulheres estão na sua grande maioria nas páginas policiais dos jornais; mesmo quando uma notícia não se refere exclusivamente a uma prática feminina é a figura da mulher que é colocada em evidência; os discursos utilizados para falar sobre a violência contra a mulher é meramente descritivo; só são temas de reportagens as violências físicas e sexuais; e não há nos casos de violência, informações sobre as leis e políticas públicas que podem assegurar as mulheres em situação de violência. De modo geral, os jornais têm sido um espaço muito mais comercial do que propriamente informativo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mulher. Violência. Mídia.



## Introdução

A intensidade com que as informações chegam a cada lugar e para cada pessoa, tem tornado os meios de comunicação elementos fundamentais da vida social, visto que a recepção dos produtos da mídia tem sido uma atividade prática que já integra a vida de muitos indivíduos diariamente. Embora os jornais não revelem quem está por trás das notícias publicadas, eles podem ser utilizados para noticiar, informar e até mesmo denunciar acontecimentos que violam ou dificultam o exercício dos direitos civis e sociais.

Os casos de violência contra as mulheres são constantemente noticiados em jornais e programas televisionados. A questão da violência de gênero na mídia tem intensificado os debates sobre essa problemática, com a finalidade de tornar público e buscar soluções para esses fatos. Dessa forma, é necessário analisar criticamente como as linguagens e os discursos utilizados para abordar os casos desse tipo de violência são construídas pelos jornais impressos.

Contudo, ainda há muito que ser feito para que a realidade de violência contra as mulheres seja mudada, visto que os meios de comunicação também têm uma relação com o poder instituído e com a moral da sociedade, havendo, portanto, interesses por trás dos conteúdos noticiados. Além disso, como apontou Walter Benjamin (1994), há nos jornais muito mais julgamento do que propriamente descrição da violência. Sendo assim, é preciso estarmos atentos ao fato de que as próprias pessoas que constroem os discursos na mídia, também o fazem em nome de algo ou alguém. Pensando que a violência tem seu caráter simbólico, os jornais podem instituir uma convivência com os agressores ou um modelo moral que tornem justificável a violência à mulher.

Nesse sentido, é necessário e urgente que se tenha um olhar mais crítico sobre o modo como essa violência de gênero que perturba, incomoda e destrói a vida de muitas mulheres é abordada. Visto que a violência contra as mulheres é um problema grave e transversal que ocasiona fortes consequências no convívio social, a maneira como os meios de comunicação retratam esses casos de violações podem fomentar essa violência de gênero ou até mesmo justificar esses casos.



## **I. Gênero: Determinismo Biológico ou Construção Social?**

As discussões e preocupações teóricas relativas ao gênero como categoria, apareceram no final do século XX. Conforme assinalou Joan Scott (1989), foi a partir desse século que o gênero como meio de falar de sistemas de relações sociais ou entre sexo, surgiu como tentativa para reivindicar certo campo de definição e para insistir sobre o caráter inadequado das teorias existentes em explicar desigualdades entre homens e mulheres levando em conta somente as diferenças físicas.

Para Henrietta Moore (1997), foi em parte, para avaliar e combater os argumentos do determinismo biológico que as antropólogas feministas nos anos 70 salientaram a importância da distinção entre sexo e gênero. A partir desses novos estudos e levantamentos, podemos perceber que os argumentos biológicos, isto é, que as características aparentes que distinguem homens de mulheres, não são mais suficientes para justificar certas práticas sociais. Dessa forma, a autora destacou que não pode existir um sentido único ou essencial atribuído à categoria “homem” ou à categoria “mulher” e, portanto, é um erro supor que as sociedades tenham um modelo definido de gênero e relações de gênero, pois estas não podem ser consideradas categorias naturais, fixas ou predeterminadas, mas sim categorias sociais e construídas.

Tendo em vista que as relações de gênero são variáveis e suscetíveis a novas interpretações ou reinterpretações, a utilização do termo gênero não pode está restrita a uma distinção natural e fisiológica entre os sexos. Apesar de haver autores como John Zerzan (2010) que afirmou que “gênero é uma categorização cultural, uma classificação baseada na divisão sexual do trabalho”, a ideia de gênero aqui discutida não está fundamentada somente nesse direcionamento.

O conceito de gênero pode nos ajudar a ter um olhar mais atento para determinados processos que consolidam diferenças de valor e comportamento entre o masculino e o feminino. Desta maneira, “gênero se refere a uma construção social do sexo, ou seja, homens e mulheres são produtos da realidade social e não decorrência da anatomia de seus corpos.” (Carrara, 2009, p. 39)

Nessa perspectiva, a utilização do termo gênero não se retém em delimitar traços biologicamente determinados. Portanto, a categoria gênero é e deve ser percebida como uma construção social, que não



determina o que torna uma mulher ser mulher, mas que é resultado de um intenso aprendizado sociocultural que ensina a agir de acordo com as prescrições de cada gênero.

## II. A (In)Visibilidade da Violência Contra as Mulheres nos Jornais Maranhenses “O Estado” e “Jornal Pequeno”

Embora as reportagens que envolvem questões sobre violência contra as mulheres tenha sido a categoria mais frequente quando comparada às categorias de estética, saúde ou sexualidade, por exemplo, a forma como os jornais abordaram esses casos precisa ser analisada minuciosamente.

Apesar de se ter a dimensão das graves consequências que a violência de gênero acarreta e de perceber que esta não se restringe somente à mulher, mas também a seus familiares, os discursos utilizados nos jornais ao relatar casos desse tipo de violência foram meramente descritivos, onde se evidenciava um agressor, uma “vítima” e uma ação hostil.



Fonte: Jornal Pequeno (04/01/13)



Ou seja, ao apenas relatar fatos que violam os direitos básicos das mulheres sem contextualizar essa prática, os jornais acabam dando pouca (ou nenhuma) relevância a esse problema social que perturba física e psicologicamente a mulher, igualando a violência de gênero a outros tipos de violência, embora essas violências tenham sido constantemente noticiadas, como mostra o quadro abaixo.

Quadro 1: Frequência de reportagens sobre violência contra as mulheres

ANO	JORNAL O ESTADO	JORNAL PEQUENO
2013	61 vezes	67 vezes
2014	49 vezes	61 vezes
2015	41 vezes	28 vezes
<b>TOTAL</b>	<b>151 vezes</b>	<b>156 vezes</b>

Fonte: Jornal “O Estado” e “Jornal Pequeno”

Organização: Geysa Fernandes

Além disso, foram raras as reportagens que trataram sobre violência contra as mulheres em que a Lei Maria da Penha é apontada e quando isso ocorreu, não passou de uma menção em ambos os jornais, como pode ser observado nas reportagens abaixo:



Fonte: O Estado (01/01/14)



Fonte: Jornal Pequeno (18/02/14)



Dessa maneira, observamos que os jornais ao mesmo tempo em que mostram determinado assunto, ocultam- o. Para Bourdieu (1997), os meios de comunicação

Podem paradoxalmente ocultar mostrando, mostrando uma coisa diferente do que seria preciso mostrar caso se fizesse o que supostamente se faz, isto é, informar; ou ainda mostrando o que é preciso mostrar, mas de tal maneira que não é mostrada ou se torna insignificante, ou construindo- o de tal maneira que adquire um sentido que não corresponde absolutamente à verdade (Bourdieu, 1997, p. 24).

Isto é, por mais que nas reportagens a Lei Marinha da Penha tenha sido citada, ela foi ocultada ao não ser explicada como uma lei que gera uma política pública ligada às denúncias de violência contra a mulher, assim como a menção da lei não foi justificada por estar inserida na manchete. É como se os empresários dos jornais ou os jornalistas, partissem do princípio de que todos que terão acesso a esse veículo de comunicação e que se aterão às notícias sobre violência de gênero, têm conhecimento sobre essa lei. Sendo assim, informações importantes que poderiam servir de base para os (as) leitores (as) desses jornais esclarecerem suas dúvidas a respeito do funcionamento da lei 11. 340/06 (conhecida como Lei Maria da Penha) e para denunciar casos de violência, passaram a ser uma mensagem simplesmente mencionada, como no trecho dessa reportagem:

Homem esfaqueia ex- mulher e enteada e depois se suicida. [...] Após o fato, a vítima procurou à delegacia da cidade para informar a situação. O homem já possuía uma ocorrência da Lei Maria da Penha em aberto por uma agressão anterior a ex- companheira, que gerou em uma medida protetiva para a vítima, o que foi descumprida pelo homem. Depois da denúncia, a polícia foi até a casa do autor, que não estava na residência. Por volta das 22h, o suspeito arrombou a porta da casa da mulher e eles começaram uma discussão, o homem esfaqueou a mulher oito vezes (Jornal Pequeno, março de 2015).

E depois, essa lei só foi citada quando se tratava de casos de violência contra mulheres adultas. Quando se referia às agressões ou outros tipos de violações sofridas por crianças, adolescentes e idosas, não houve menção sobre nenhuma política pública ou lei direcionada às mulheres, embora a Lei Maria da Penha ampare todas, independente da classe social, idade ou religião.



O mesmo ocorreu quando a violência de gênero foi praticada por outra mulher, em relações homoafetivas, como na reportagem do dia 16 de outubro de 2014 publicada no “Jornal Pequeno”, em que “Briga entre duas amantes termina em morte”. Muitas pessoas ainda desconhecem o fato de que a lei 11. 340/ 06 também pode ser aplicada em situações de violação de direitos entre duas mulheres, desde que ocorra no âmbito familiar ou domiciliar. Ao omitirem esse e outros tipos de notícia, os jornais acabam perdendo sua função primeira: informar as pessoas.

Outra questão observada nas reportagens dos jornais pesquisados “O Estado” e “Jornal Pequeno” nos anos de 2013 a 2015, foi a relevância dada a tipos específicos de violência contra as mulheres. Apenas as violências físicas e sexuais foram visibilizadas. O mais preocupante, é que não houve mudanças significativas de abordagem nos casos de violência à mulher de um jornal para outro. Na maioria das vezes, as manchetes dos jornais foram mais ou menos as mesmas, mudando somente a ordem das informações.

Segundo Bourdieu (1997) isso se deve ao fato de que a produção é coletiva.

Para ser o primeiro a ver e a fazer ver alguma coisa, está- se disposto a quase tudo, e como se copia mutuamente visando a deixar os outros para trás, acaba- se por fazerem todos a mesma coisa e a busca da exclusividade, que em outros campos produz a originalidade, a singularidade, resulta aqui na uniformização e na banalização. [...] Para os jornalistas, a leitura dos jornais é uma atividade indispensável: para saber o que se vai dizer é preciso saber o que os outros disseram. Esse é um dos mecanismos pelos quais se gera a homogeneidade dos produtos propostos. [...] Nas equipes de redação, passa- se uma parte considerável do tempo falando de outros jornais e, em particular, do que eles fizeram e que nós não fizemos (Bourdieu, 1997, 27: 32).

Deste modo, os jornais como tipos de uma mídia que buscam sempre alcançar o maior número possível de leitores(as), se tornam uma espécie de jogo de interesses e disputa e isso é feito de uma forma tão camuflada, que passa na maior parte das vezes despercebida pelos que os utilizam como principal meio de informação. No que se refere às reportagens de casos de violência contra as mulheres, ganharam destaque as notícias mais trágicas e apelativas, não havendo a preocupação em contextualizar essas violências. Com isso, a abordagem



dos jornais “O Estado” e “Jornal Pequeno” foram meras descrições de assassinatos, agressões e abusos sexuais sofridos por mulheres.

## Conclusão

A nova face das telecomunicações proporcionadas pelos avanços tecnológicos resultou na separação entre espaço e tempo, visto que o conhecimento sobre fatos que ocorrem em diferentes partes do mundo não implica mais na presença física das pessoas. Com a crescente disponibilidade de veículos que noticiam e informam em tempo cada vez mais real, a maneira como as pessoas compreendem o mundo fora do alcance de suas próprias experiências têm sido gradualmente alteradas. Sendo assim, os meios de comunicação têm ocupado um lugar central na vida social.

Embora a mídia tente passar a imagem de imparcial e democrática, é notório que os meios de comunicação (emissoras de rádio, imprensa escrita, canais de TV) utilizam os métodos que lhes convêm para alcançar seus objetivos. A exemplo dos jornais impressos maranhenses “O Estado” e “Jornal Pequeno” aqui pesquisados, percebemos que a preocupação em exceder em imagens foi muito maior que a contextualização dos fatos publicados.

Quanto às abordagens dos dois jornais nos casos de violência à mulher, foi notório que a omissão de informações que serviriam para o conhecimento dos(as) leitores(as), acabou reduzindo a violência de gênero a um caso policial, como outro qualquer. Os jornais não trouxeram junto aos casos, notícias sobre a Lei que ampara as mulheres em situação de violência, não mencionaram as políticas públicas que podem servir de combate a essas violações e tão pouco anunciaram os números que podem ser usados para denúncias. Os discursos utilizados foram meramente descritivos, onde se evidenciou um agressor, uma mulher violentada e uma ação hostil. As violências físicas e sexuais foram as únicas evidenciadas nas reportagens, como se só estas fossem as praticadas contra as mulheres e merecessem visibilidade.

Desse modo, é possível concluir que a busca incessante pelo poder de influenciar na opinião e no comportamento das pessoas para atingir seus próprios interesses, tem tornado a mídia um espaço muito mais comercial do que propriamente informativo, havendo, portanto,



uma “violência simbólica” nesses jornais com os leitores que têm informações importantes e necessárias ocultadas.

## Referências

BRASIL, Senado Federal. **Lei Maria da Penha e legislação correlata**. Brasília- DF, 2006.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean- Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Editora: Vozes, 1970, p. 17- 75.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Tradução: Maria Lúcia Machado.- Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.,1997.

CARRARA, Sergio. Educação, diferença, diversidade e desigualdade. In: CARRARA, Sergio (Org.) Livro de conteúdo. **Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais**. Versão 2009. – Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

MOORE, Henrietta. Compreendendo sexo e gênero. Tradução: Júlio Assis Simões. 1997. Do original em inglês: “Understanding sex and gender”, in Tim Ingold (ed.), **Companion Encyclopedia of Anthropology**. Londres, Routledge, p. 813-830.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013, p. 14- 69.

SCOTT, JOAN. **Gênero: uma categorial útil para análise histórica**. Tradução: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. 1989.

ZERZAN, John. **Patriarcado, civilização e as origens do gênero**. Tradução: Loreley Garcia. Volume 1, n.2, 2010.



***Geysa Fernandes RIBEIRO***

*Mestranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Maranhão  
(UFMA).*

*Recebido em: 16/08/2016*

*Aprovado em: 18/04/2017*